

1. O trabalho obedece às normas de publicação da Revista (ABNT)? *

Sim ▼

2. O título do artigo informa objetivamente seu conteúdo? *

Sim ▼

3. Seu resumo é claro e conciso? As palavras chaves utilizadas são adequadas? *

Sim ▼

4. O artigo é preciso e objetivo? Não apresenta incorreções de linguagem e tem estilo adequado a seus objetivos? *

Sim ▼

5. O artigo tem boa elaboração, pois esclarece o problema a ser tratado e tem um desenvolvimento coerente com seus objetivos e resultados? *

Em parte ▼

6. A metodologia utilizada é propícia? O artigo esclarece suficientemente suas opções metodológicas? *

Sim ▼

7. O artigo apresenta imprecisões ou impropriedades na utilização da base teórica que adota? *

Não ▼

8. O artigo menciona e discute com propriedade os trabalhos de pesquisa da bibliografia pertinentes ao assunto tratado? *

Em parte ▼

9. O artigo é inovador em sua área de estudo? Explicita pautas de pesquisa passíveis de desenvolvimento? *

Sim ▼

10. O artigo contém afirmações falsas ou incorretas sobre fatos, provas, evidências, fontes ou outras informações relevantes? *

Não

11. Sugestão de títulos

NÃO SE APLICA

12. Sugestões para modificação do resumo e palavras-chaves

NÃO SE APLICA

13. Sugestões bibliográficas

o artigo é inovador e trata de legislação ainda de pouco domínio da comunidade jurídica. Entretanto, na primeira parte do texto (item 2) há apenas um resumo do conteúdo da lei, bastante dogmático, sem trazer um aporte crítico sobre o tema, ou mesmo dialogar com doutrina especializada, que aparece de maneira muito singela. Sugere-se trazer à baila as aproximações e distanciamentos da lei em comento com a "lei do bem" (Lei 11.196/2005) e Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Inserir aportes teóricos sobre o terceiro setor, ecossistema propício para a aplicação desta legislação. Ver aportes críticos sobre terceiro setor a partir de autores como Tarso Cabral Violin, Di Pietro, Maria Tereza Fonseca Dias.

14. Observações sobre as citações

15. Observações substanciais

O artigo tem como intenção analisar a lei específica sobre a matéria, mas o faz apenas em abstrato (afora a nota de rodapé 1 que cita alguns casos, sem maior aprofundamento). Sugere-se que sejam inseridos casos práticos de aplicação da lei, bem como jurisprudência a respeito do assunto, para que se possa, a partir disso, fazer uma análise crítica sobre como a lei está sendo aplicada no meio social, jurídico e, em especial, econômico no país.

16. Comentários adicionais ao autor *

sugestões acima

17. Atribua uma nota de 0 a 10 ao artigo avaliado

7

18. Recomendação final *

O artigo deve ser publicado se incorporar as modificações